



## Reportagem

**Maior eleição informatizada do mundo desperta o interesse de autoridades estrangeiras**

Votos estéreis pág. 17

Fundação de partidos políticos pág. 20

O voto da mulher e as representações sobre o eleitor pág. 24



TRIBUNAL  
SUPERIOR  
ELEITORAL

# Reportagem

## Maior eleição informatizada do mundo desperta o interesse de autoridades estrangeiras

*Letícia Capobianco*

135.804.433 eleitores. 2.181.622 mesários. 456 mil urnas eletrônicas. 420.182 seções eleitorais. 22.538 candidatos. 5.565 cidades no Brasil e 156 no exterior. 3.027 zonas eleitorais. 27 partidos políticos. Esse foi o cenário da maior eleição informatizada já realizada no mundo: a eleição geral brasileira de 2010. Organizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em âmbito nacional, e pelos tribunais regionais eleitorais (TREs), em âmbito estadual, os pleitos brasileiros têm despertado o interesse de autoridades estrangeiras, curiosas para saber como é possível realizar tamanha eleição com tanta segurança, celeridade e transparência.

Às 20h04 (horário de Brasília) do dia 31 de outubro do ano passado, segundo turno das eleições gerais, a população brasileira já conhecia a nova presidenta do Brasil. O recorde na divulgação dos resultados da votação para a Presidência da República foi possível em virtude de o processo eleitoral do país ser 100% informatizado, desde o cadastro dos eleitores, passando pela votação eletrônica e chegando à apuração e à totalização dos votos.

O recorde na apuração, totalização e anúncio dos resultados chamou a atenção dos 24 observadores internacionais e dos 17 embaixadores que acompanharam o pleito no Distrito Federal, em São Paulo, em Santa Catarina, no Paraná e no Rio Grande do Sul. No primeiro turno das eleições de 2010, foram 146 observadores de 36 países, totalizando 187 estran-

geiros de 45 países que acompanharam de perto a maior eleição já realizada no planeta.

Conforme balanço divulgado pela Assessoria de Assuntos Internacionais do TSE, das visitas dos observadores internacionais resultaram alguns acordos de cooperação, entre eles um memorando de entendimento firmado pelo Tribunal com a Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) para a troca de experiências em matéria eleitoral. O presidente da Corte, ministro Ricardo Lewandowski, também assinou acordo com o Tribunal Eleitoral do Poder Judiciário do México para cooperação acadêmica e científica. Outra parceria foi estabelecida entre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e o TSE, que elaboraram uma declaração conjunta.

Além dos acordos firmados como resultado das visitas das autoridades estrangeiras ao Brasil em 2010, o presidente do TSE divulgou mensagem oficial à imprensa nacional e internacional acerca da disposição do Tribunal em promover a cooperação internacional com os integrantes dos Foros IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) e BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), assim como com a União Africana e a Cúpula América do Sul-África.

Segundo dados da Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal, o TSE já prestou consultoria a oito países em matéria eleitoral, especialmente no que se refere à implantação de um sistema automatizado de votação brasileiro: Argentina, Costa Rica, Equador, Guiné-



Bissau, Haiti, México, Paraguai e República Dominicana. Para o Paraguai, além de fornecer as urnas eletrônicas e desenvolver os *softwares* utilizados na eleição de 2006 daquele país, a Corte brasileira fez o planejamento do pleito e a implementação de mecanismos de segurança, de logística e de auditorias.

No entanto, conforme explica o secretário de Tecnologia da Informação do Tribunal, Giuseppe Janino, esse modelo de consultoria requer um esforço muito grande por parte do TSE e encontra um limite nos recursos humanos, já que a equipe técnica do Tribunal é reduzida e está direcionada para atender às necessidades do processo eleitoral brasileiro. “Hoje, adotamos outra postura, uma postura de consultoria efetivamente. Fazemos uma análise da situação do país e transferimos conhecimento, estabelecendo um plano de implementação [do sistema eletrônico de votação], mas deixando que a parte operacional fique por conta daquele país”, explica.

### **Credibilidade**

A credibilidade conquistada com o amadurecimento do sistema eleitoral brasileiro tem sido comprovada, de tempos em tempos, por estudos realizados por institutos nacionais. Em 2010, uma pesquisa de opinião pública promovida pelo Instituto Sensus após as eleições gerais daquele ano revelou que a Justiça Eleitoral é instituição confiável para 73% dos entrevistados. No quesito eficiência, 73,4% consideraram a Justiça Eleitoral eficiente. A pesquisa foi encomendada pelo TSE e realizada de 3 a 7 de novembro de 2010 com 2 mil entrevistados em 136 municípios das cinco regiões brasileiras.

No que tange à tecnologia, mais especificamente à urna eletrônica, 94,4% dos entrevistados disseram aprovar a máquina automatizada

de votar e 97,1% consideraram positiva a agilidade na apuração dos resultados. O anúncio da eleição da presidenta Dilma Rousseff, no segundo turno das eleições 2010, foi feito pelo ministro Ricardo Lewandowski apenas uma hora e quatro minutos após o encerramento da votação em todas as localidades do país, momento em que o resultado já estava matematicamente definido.

Mas nem sempre foi assim. Antes da adoção da informática, as eleições brasileiras eram realizadas sob suspeição, desde a época do Império até a República, especialmente em sua primeira fase. O ex-ministro do TSE Carlos Velloso lembra que as eleições na Primeira República foram apelidadas, pejorativamente, de “eleições do bicório”, feitas a bico de pena. “Fazia-se a votação, mas os candidatos do governo eram escolhidos, previamente, pelos donos do poder. Então, na apuração, distribuíam-se os votos para os escolhidos”, recorda.

O ex-ministro do TSE e professor de Direito Eleitoral Walter Costa Porto ressalta que a Revolução de 1930 teve como lema “Representação e Justiça”, um recado da sociedade aos políticos e autoridades para que fossem realizadas eleições realmente justas, confiáveis, ágeis e que revelassem a vontade do povo. Segundo Costa Porto, na época da ditadura de Getúlio Vargas, a contabilização dos votos demorava meses. Fora os julgamentos das eleições, contra os quais cabiam recursos que podiam ser interpostos a qualquer tempo.

Outro fator que contribuía cabalmente para a falta de credibilidade dos pleitos era a fraude no ato de votar, pois especialmente antes da edição do primeiro Código Eleitoral, era comum que um eleitor usasse o título eleitoral de outro e votasse em seu lugar sem que sua identidade fosse questionada.

Com a criação, em 1932, da Justiça Eleitoral no país e a entrega da organização e dos julgamentos das eleições a um Judiciário especializado, além da implantação do voto proporcional e dos primeiros indícios de vontade da adoção do sigilo do voto, esse quadro de descrença começou a mudar. Além disso, em 1948, foi publicada a chamada Lei dos Prazos Preclusivos, que pôs fim à interposição indiscriminada de recursos eleitorais. No entanto, foi apenas com a implementação do voto eletrônico que a maioria da população passou a confiar realmente nos pleitos brasileiros.

### Primeiros passos

Na visão de Walter Costa Porto, o primeiro passo para a conquista da credibilidade da Justiça Eleitoral foi a criação do cadastro informatizado dos eleitores, em 1986. A opinião é compartilhada pelo secretário de TI do TSE, Giuseppe Janino. “A história do sucesso do sistema eleitoral brasileiro começa em 1985, quando o ministro Néri da Silveira, em sua gestão na Presidência do Tribunal, teve a iniciativa de dar o primeiro passo para a informatização, que foi a criação de um cadastro único automatizado. O recadastramento aconteceu em 1986”, relembra Janino.

Protagonista da iniciativa da Justiça Eleitoral de informatizar o cadastro do eleitorado brasileiro em âmbito nacional, o ministro Néri da Silveira avalia que o recadastramento naquele ano foi “um verdadeiro mutirão cívico”. Segundo ele, o processo, que começou no dia 15 de abril e terminou no dia 30 de maio, alcançou cerca de 60 milhões de cidadãos, para chegar a um principal objetivo: eliminar as fraudes nos pleitos, notadamente porque em breve seriam realizadas as primeiras eleições para a Assembleia Constituinte após mais de 20 anos de ditadura.

“Acabou-se também com o velho sistema do voto em separado, em que o eleitor comparecia, apresentava o título e, embora o nome dele não estivesse na lista, ele votava em separado. Isso tudo era fonte de fraude, de um processo eleitoral inseguro”, conta. De acordo com o magistrado, a intenção do TSE com o novo alistamento informatizado foi justamente garantir maior segurança para a constituição do corpo eleitoral em tempos de democracia. “Foi um desafio para a Justiça Eleitoral. Foi uma decisão política de visão cívica de âmbito nacional da Justiça Eleitoral brasileira”, recorda o ex-ministro Néri da Silveira.

O grande salto, entretanto, foi dado dez anos depois, em 1995, na gestão do ministro Carlos Velloso, quando foi criado o mecanismo automatizado de votação e apuração, a urna eletrônica, implantada efetivamente em 1996 em dois terços das cidades e, em 2000, na totalidade dos municípios do Brasil. Segundo Janino, a urna eletrônica foi desenvolvida para a realidade brasileira. “Foi uma solução desenvolvida para a nossa necessidade, não foi uma solução importada. Nós não fomos ao mercado adquirir alguma solução para a automatização do voto. Desenvolvemos internamente o projeto. Essa solução tem o diferencial de servir exatamente para as nossas necessidades e se encaixar exatamente na nossa realidade”, destaca o secretário de TI.

Para o ministro Carlos Velloso, o voto eletrônico acabou com a fraude. “O sistema eletrônico de voto constitui o coroamento das propostas da Justiça Eleitoral para o fim de tornar realidade a vontade dos eleitores, de fazer limpas as eleições e, assim, legítima a representação, vale dizer, a democracia que praticamos”. Além disso, segundo ele, o voto eletrônico conferiu muito mais agilidade aos pleitos. “Enquanto ocorria a apuração dos votos, a administra-

ção pública e a economia paravam à espera da proclamação dos eleitos, principalmente quando das eleições gerais para a Presidência da República, governos estaduais, Senado e Câmara Federal. O voto eletrônico acabou com isto. Hoje, em poucas horas após as eleições, conhecemos os eleitos”, frisa Velloso.

Outro diferencial do sistema eletrônico de votação brasileiro é o fato de ter eliminado substancialmente a participação humana no processo. “A mão humana foi afastada da apuração dos votos. A apuração se faz rapidamente e com segurança. Tem-se, sem dúvida, notável transparência da votação”. É por todos esses fatores, na opinião de Velloso, que há muito interesse por parte de autoridades estrangeiras em conhecer o sistema eleitoral brasileiro.

“Quando presidi o TSE, em 2005, visitei alguns países, a convite de seus governos. Todos estavam interessados em conhecer a nossa urna eletrônica. Estou certo de que o interesse de autoridades estrangeiras pelo nosso sistema eleitoral é altamente positivo. Quer dizer que estamos realizando algo sério em favor da democracia. E trabalhar pela democracia é trabalhar para o bem do povo”, conclui.

### **Troca de experiências**

Além de prestar consultoria a dezenas de países e transferir conhecimento tecnológico a essas nações, a Justiça Eleitoral brasileira, no intuito de aprimorar o sistema eleitoral do país, tem participado e promovido encontros para aprender com a experiência de autoridades estrangeiras e firmar acordos de cooperação. Segundo o diretor da Escola Judiciária Eleitoral (EJE) do TSE, André Ramos Tavares, o Brasil tem muito a oferecer a outros países por meio desses intercâmbios.

“O nosso sistema é um sistema democrático eleitoral consolidado, que tem dado certo, tem funcionado de maneira exemplar, e a Justiça Eleitoral tem sido a protagonista da eficácia e da legitimidade desse modelo. Essa troca de informações permite que cada país possa identificar soluções que outro país adotou e que foram soluções boas”, avalia Tavares, destacando a relevância dessa transferência de conhecimentos.

O mais recente desses encontros aconteceu no dia 16 de maio em Moscou, capital russa, quando o presidente do TSE, ministro Ricardo Lewandowski, acompanhou apresentação da Comissão Central Eleitoral da Federação da Rússia sobre o tema “O sistema eleitoral russo e as próximas eleições federais de 2011 e 2012”.

De outro lado, o ministro proferiu palestra acerca do assunto “O sistema eleitoral brasileiro e as eleições de 2010” a deputados da Duma de Estado, membros do Conselho da Federação, representantes de centros de pesquisa e de ensino e organizações da sociedade civil e mídia. E em seguida, o TSE e a Comissão Central Eleitoral da Federação da Rússia assinaram memorando de entendimento para a cooperação no campo da gestão e da administração eleitoral.

No dia 12 de maio, em Washington, nos Estados Unidos, o ministro Ricardo Lewandowski também apresentou a experiência brasileira com o processo eleitoral a representantes da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Fundação Internacional para Sistemas Eleitorais (IFES) e a autoridades do Departamento de Estado e do Departamento de Justiça do país. A urna eletrônica e a identificação biométrica do eleitor marcaram a pauta dos encontros.

No mês anterior, a Assessoria para Assuntos Internacionais da Corte eleitoral brasileira e a Escola Judiciária Eleitoral (EJE) do TSE, em parceria com o Instituto Rio Branco, vinculado ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), promoveram o “I Programa de Intercâmbio em Matéria Eleitoral do Foro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)”, realizado de 4 a 6 de abril, em Brasília-DF.

O programa teve como objetivo fomentar a troca de conhecimentos entre os países da CPLP, especificamente no que se refere à matéria eleitoral, para em seguida identificar aspectos de interesse específico e elaborar as respectivas propostas de cooperação bilateral.

Em dezembro de 2010, o TSE recebeu o comissário eleitoral da Índia, Shri Veeravalli Sundaram Sampath, que além de assistir a uma apresentação sobre a identificação biométrica dos eleitores brasileiros, o sucesso da votação nas urnas eletrônicas e a organização das eleições no Brasil, proferiu palestra para interessados acerca do funcionamento do sistema eleitoral indiano, que também utiliza urnas eletrônicas. Sampath ressaltou, no entanto, que o sistema de votação da Índia não se assemelha ao brasileiro, pois compreende apenas a votação e a apuração dos votos que são feitas por meio eletrônico em etapas distintas.

Durante a estada no Brasil, Sampath também assinou com o presidente do TSE um memorando de entendimento, em inglês e português, com o objetivo de aprimorar a gestão e a administração eleitoral tanto no Brasil quanto na Índia, buscando o fortalecimento da democracia nos dois países. O convênio prevê a troca de informações, equipamentos, experiências e conhecimento técnico relacionado a processos e sistemas eleitorais de ambas as nações. Propõe também a produção e disseminação

de material informativo referente ao sistema eleitoral, metodologia de votação, educação e conscientização dos eleitores, envolvimento de minorias para aumentar sua participação no processo eleitoral ou áreas correlatas.

Na ocasião, o ministro Lewandowski avaliou a parceria entre as duas nações como da mais alta importância. “Eles [a Índia] têm uma experiência muito relevante para nós, têm várias semelhanças com o nosso sistema, adotam também as urnas eletrônicas. É um país muito diversificado do ponto de vista cultural e do ponto de vista étnico e adota também uma estrutura federal como a do Brasil. Então nós temos vários pontos em comum e podemos nos valer da experiência deles em vários aspectos, e eles, por sua vez, se valerão de alguns aspectos, positivos de nossa experiência”, destacou o ministro.

Na semana anterior, no dia 6 de dezembro, o presidente Lewandowski, o diretor da EJE, André Tavares, e o secretário de TI do TSE, Giuseppe Janino, apresentaram o sistema eletrônico de votação utilizado no Brasil para autoridades italianas em Roma. Janino fez palestra a um grupo de acadêmicos, diplomatas e técnicos e expôs o funcionamento da urna eletrônica ao ministro do Interior da Itália, Roberto Maroni, responsável pela organização e realização das eleições no país, e que demonstrou o interesse da Itália em desenvolver cooperação com o Brasil no que tange à matéria eleitoral. As apresentações da Justiça Eleitoral brasileira foram feitas a convite do governo italiano, que se interessou pela aliança entre celeridade e segurança, pilares das eleições realizadas no Brasil.

Duas semanas antes, representantes do Tribunal participaram em Strasburgo, na França, de encontro bianual para avaliação do uso da urna eletrônica, promovido pela União Euro-

peia. O Brasil foi convidado a falar sobre sua experiência bem-sucedida com a votação eletrônica, e houve grande receptividade dos participantes do evento.

Em março de 2010, em Brasília-DF, representantes do TSE expuseram às delegações participantes do 1º Programa de Intercâmbio de Magistrados do Fórum BRIC os recursos tecnológicos utilizados nas eleições brasileiras, incluindo uma demonstração no equipamento de identificação biométrica do eleitor. Integravam o BRIC, além do Brasil, a Rússia, a Índia e a China. A partir de abril de 2011, a África do Sul passou a integrar o bloco econômico, hoje conhecido como BRICS.

### **Destaque mundial**

Reunidos na cidade do Rio de Janeiro-RJ no início deste ano, os juristas de delegações de 90 países participantes da II Conferência Mundial de Cortes Constitucionais também puderam conhecer um pouco a respeito do sistema eleitoral brasileiro. Eles assistiram ao vídeo “Dia de Eleição”, produzido pelo TSE,

que apresenta os principais aspectos do sistema eletrônico de votação e do dia da eleição (clique aqui para assistir ao vídeo). [http://www.youtube.com/justicaeleitoral#p/search/9/ZZHazy\\_u-M](http://www.youtube.com/justicaeleitoral#p/search/9/ZZHazy_u-M)

### **Participação dos TREs**

A experiência eleitoral brasileira de sucesso também tem sido divulgada em outras nações por meio do apoio dos TREs. No dia 28 de abril, em Córdoba, na Argentina, o presidente do TRE do Rio Grande do Sul, desembargador Luiz Felipe Silveira Difini, proferiu uma palestra sobre a história da Justiça Eleitoral no Brasil, durante evento realizado na Universidade Nacional de Córdoba.

No dia 3 de maio, o diretor-geral do TRE-RS, Antônio Augusto Portinho da Cunha, e o assessor de Planejamento Estratégico do órgão, Jorge Lheureux de Freitas, ministraram palestra acerca do tema “Votação Eletrônica”, em Buenos Aires, capital argentina. Na ocasião, também foi realizada uma demonstração do funcionamento da urna eletrônica brasileira.